# Inteligência artificial na advocacia

Guia prático: como usar a IA em cada etapa do trabalho do escritório, com modelos de instrução, limites éticos da OAB e um plano de quatro semanas.

Edição de novembro de 2026 · SIJUR · sijur.com.br/inteligencia-artificial-na-advocacia/

Conteúdo informativo, não é orientação jurídica. A versão atualizada fica no endereço acima.

# Inteligência artificial na advocacia: como usar em cada etapa do trabalho, com modelos de instrução

A pergunta útil sobre inteligência artificial na advocacia é onde ela entra no dia de um escritório e quanto tempo devolve sem criar risco. Este guia percorre o trabalho na ordem em que ele acontece, do primeiro contato do cliente ao acompanhamento do processo, e traz para cada etapa um modelo de instrução (prompt) que você pode copiar e adaptar.

Para aprender antes de aplicar, o curso grátis de IA para advogados tem 8 lições práticas, sem cadastro: as regras da OAB, o consentimento do cliente, como escrever o pedido à IA e como conferir citações.

## Gerador de instruções

O gerador que monta a instrução para a sua tarefa, com as travas contra julgado sem número, tribunal e data, funciona online em sijur.com.br/ferramentas/gerador-de-prompt-juridico/.

## 1. Quantos advogados já usam IA: os números de 2026

Em 25 de março de 2026, as seccionais da OAB de São Paulo, Paraná, Bahia, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo divulgaram, com a Trybe, o Jusbrasil e o ITS Rio, a edição 2026 do relatório *Impacto da IA Generativa no Direito*. É a segunda edição do estudo; a primeira saiu em 2025.

O relatório mede frequência de uso. Usuário frequente é quem usa IA generativa pelo menos uma vez por semana na rotina profissional; pouca adesão é quem usa raramente; sem adesão, quem não usa (p. 21). Os 77% são o primeiro grupo, e a comparação com 2025 está na p. 22.

| Perfil | Definição do relatório | 2025 | 2026 |
|---|---|---|---|
| **Usuário frequente** | Usa IA generativa ao menos uma vez por semana no trabalho | 55% | 77% |
| **Pouca adesão** | Usa raramente | 16% | 12% |
| **Sem adesão** | Não usa no trabalho | 29%* | 11% |

* No gráfico da p. 22; o texto da mesma página fala em 28%.

Responderam mais de 1.800 profissionais do Direito de todas as regiões, por um formulário divulgado nos canais digitais das nove entidades, com participação voluntária (p. 7). O relatório não informa as datas da coleta. Antes de citar o número, vale saber que a amostra não é aleatória: o próprio texto avisa que quem responde por conta própria tende a ser quem já se interessa por tecnologia, o que pode deixar o resultado mais favorável à adoção (p. 7). A margem de 2% com 95% de confiança, noticiada pela ConJur, vale segundo o relatório para um "cenário de amostragem probabilística", que não é o desta pesquisa. O perfil também pesa: 37% dos respondentes são de São Paulo e 24% de Goiás (p. 12), 72% têm pós-graduação, mestrado ou doutorado (p. 14), e o público são "operadores do Direito" (p. 7), não só advogados em atividade: 10% trabalham no setor público, 6% não estão trabalhando e 3% são aposentados. Do total, 51% trabalham como autônomos e 26% em escritórios de advocacia (p. 15).

### Para que usam

Entre os usuários frequentes, numa pergunta de múltipla escolha, 76% usam IA para elaborar peças processuais, 59% para pesquisa jurídica, 58% para pareceres e memorandos e 56% para analisar e revisar contratos. Análise de provas e autos aparece com 43%, e comunicação e atendimento ao cliente com 42% (p. 28).

### O que preocupa e como conferem

As preocupações mais marcadas em 2026 foram a negligência na revisão humana (47%) e as alucinações (46%). Depois vêm perda de autonomia técnica e dependência da IA (31%), privacidade e sigilo (25%) e responsabilidade civil (17%) (p. 49). Perguntados sobre como revisam a fundamentação jurídica feita com IA, 71% de todos os respondentes dizem verificar todas

as citações e fontes na origem, 8% conferem só as mais importantes ou suspeitas, 6% avaliam a coerência do texto e raramente abrem a fonte, e 14% não usam IA para isso (p. 50). Sobre contar que usaram IA num trabalho, 40% se sentem seguros, mas preferem não mencionar; 12% se sentem desconfortáveis e 4% temem sanções. O relatório soma os três grupos em 56% (p. 47).

### Treinamento e regra no escritório

Dos usuários frequentes, 60% já fizeram algum tipo de capacitação; entre os que não adotaram a IA, 78% nunca fizeram treinamento sobre o tema (p. 5 e 24). No total, 58% consideram a capacitação urgente ou importante, e 22% pretendem fazê-la nos próximos três meses (p. 34).

A regra escrita anda atrás do uso. Só 11% relatam política formal no lugar onde trabalham, com manual de conduta e diretrizes éticas obrigatórias; 38% dizem que não há diretriz e cada profissional usa por iniciativa própria (p. 40). Somadas as organizações sem diretriz formal e as que nem pretendem criá-la, são 51% (p. 41). Entre todos os respondentes, 55% usam ferramentas por conta própria, com conta pessoal ou versão gratuita, sem conhecimento ou consentimento da organização (p. 41), e 34% das organizações têm orçamento para ferramentas de IA ou capacitação (p. 42).

### A pesquisa nacional da OAB com Stanford

Em 10 de junho de 2026, o Conselho Federal da OAB anunciou um plano nacional para integrar a IA à advocacia e uma pesquisa com a Universidade de Stanford, cujos resultados devem orientar um provimento sobre o uso de IA na profissão. O levantamento, chamado Governança de IA e Prática Jurídica Digital, foi lançado em julho com o Deliberative Democracy Lab de Stanford e o IDP. Segundo a OAB, 18.668 profissionais responderam à primeira etapa e mais de 500 participaram da fase deliberativa. Em notícia de 25 de agosto, a entidade apresentou dados preliminares e informou que os resultados "estão em fase de consolidação e serão divulgados posteriormente". Até 31 de outubro de 2026, não encontramos no portal da OAB Nacional o resultado consolidado nem o provimento. O plano está resumido em PNIAA, a pesquisa com Stanford.

### O que fazer com esses números

Na amostra, 77% usam IA toda semana e só 11% trabalham com política formal. Se o seu escritório está nesse intervalo, uma página escrita já resolve boa parte: quais ferramentas estão liberadas, o que nunca entra nelas e quem revisa o resultado. O modelo de política de uso de IA monta esse texto. Do lado do cliente, a Recomendação 001/2024 pede o uso informado por escrito, e o gerador de termo de consentimento prepara o documento.

## 2. Atendimento e triagem

O cliente manda áudio de quatro minutos, foto de documento e três mensagens soltas. A IA transcreve o áudio, organiza o relato em ordem cronológica e lista o que falta perguntar. O advogado decide se o caso é do escritório; a máquina só prepara a leitura.

**Modelo de instrução:** "Organize o relato abaixo em ordem cronológica, com datas. Depois liste as informações que faltam para avaliar um pedido de [tipo de ação] e os documentos que eu devo pedir ao cliente. Não dê opinião sobre o mérito."

## 3. Documentos do cliente

Contrato bancário de 40 páginas, extrato do CNIS, laudo médico escaneado de lado. A leitura por OCR transforma o documento em texto pesquisável, e o modelo de linguagem extrai o que interessa: taxa contratada, períodos de contribuição, CID e data do laudo. Confira cada número extraído contra o original antes de usá-lo num cálculo ou numa peça.

**Modelo de instrução:** "Do contrato anexo, extraia em tabela: data de assinatura, valor financiado, número de parcelas, taxa de juros mensal e anual, tarifas cobradas e seguros. Indique a página de cada informação."

Com a taxa em mãos, o comparador de juros do contrato mostra quantas vezes ela representa a média de mercado da mesma modalidade.

## 4. Pesquisa de jurisprudência

Aqui está o maior risco. Um modelo genérico, perguntado sobre jurisprudência, pode devolver um julgado que não existe com número, relator e ementa plausíveis. Use a IA para montar a pesquisa (termos, sinônimos, tribunais) e para resumir julgados

que você já abriu na fonte. Não use a resposta dela como a fonte.

**Modelo de instrução:** "Sugira termos de busca e sinônimos para pesquisar no STJ precedentes sobre [tese]. Não cite julgados; só os termos e a combinação de operadores."

## 5. Petições e contratos

O rascunho por IA funciona melhor quando recebe o que só o advogado tem: os fatos já organizados, a tese escolhida e os julgados conferidos. Com isso ela escreve a estrutura, a narrativa dos fatos e a primeira versão dos pedidos. A revisão linha a linha continua sendo do advogado, que assina.

**Modelo de instrução:** "Com os fatos e a tese abaixo, escreva a seção de fatos de uma petição inicial em linguagem objetiva, parágrafos curtos, sem adjetivos. Use apenas os fatos fornecidos e marque com [CONFERIR] qualquer ponto que dependa de documento."

Para contratos, a ferramenta de revisão de contrato com IA monta o roteiro das cláusulas que a lei manda conferir, por tipo de contrato, e o comando pronto.

## 6. Audiência e reunião

A transcrição da gravação de uma reunião com o cliente, ou do depoimento que você precisa citar, economiza horas de escuta. Com o texto pronto, a IA aponta contradições entre depoimentos e monta o roteiro de perguntas para a próxima audiência.

**Modelo de instrução:** "Compare os dois depoimentos transcritos abaixo e liste os pontos em que eles divergem, citando o trecho de cada um."

## 7. Acompanhamento do processo

A publicação chega, e alguém precisa decidir se ela abre prazo, qual é o ato e quem cumpre. A IA classifica a publicação por tipo de ato e resume a decisão. O prazo em si deve ser contado com o calendário do tribunal; para conferir um caso, use o contador de prazos processuais.

Para ler os autos inteiros, a ferramenta de análise de processo com IA monta o comando por objetivo (resumo, linha do tempo, pontos controvertidos, decisão a recorrer) e exige a folha ou o evento de cada fato, para a conferência.

Para organizar tudo isso num lugar só, o guia de sistema de controle de processos mostra o que conferir e traz um modelo de planilha grátis.

## 8. Limites éticos

A Recomendação nº 001/2024 do Conselho Federal da OAB trata a IA generativa como ferramenta de apoio, mantém com o advogado a responsabilidade pelo que ele assina e pede que o uso seja formalizado por escrito com o cliente, com consentimento assinado, antes de começar. Há um modelo de termo no resumo da recomendação. Antes de colar documento de cliente numa ferramenta, saiba se ela usa os dados para treinar o modelo e onde eles ficam (o comparativo de ChatGPT, Claude e Gemini mostra onde desligar).

Em 2026 a OAB foi além da recomendação: o Tribunal de Ética da OAB-SP tornou obrigatória a análise humana antes de qualquer submissão aos tribunais (parecer de 16/04/2026), e o Conselho Federal aprovou, em 17/08/2026, medidas judiciais contra empresas de IA que pratiquem atos privativos da advocacia. Os detalhes estão em o que a OAB decidiu depois da recomendação. Em outubro, a Diretoria do Conselho Federal publicou a Resolução 16/2026, com as regras para termos de ajustamento de conduta com empresas de IA jurídica.

O resumo das regras, com a Resolução CNJ 615/2025 e a LGPD, está no guia de inteligência artificial jurídica. O que já é lei sobre IA no Brasil e o que depende do PL 2.338/2023 está em lei de inteligência artificial no Brasil.

## 9. Como começar em quatro semanas

Na primeira semana, escolha uma tarefa de leitura que se repete, como transcrever áudio de cliente, e meça quanto tempo ela levava. Na segunda, teste a ferramenta com documentos reais de casos encerrados, que não expõem cliente ativo. Na terceira, escreva as instruções que funcionaram num documento compartilhado com a equipe. Na quarta, compare o tempo gasto antes e depois e decida se a ferramenta fica.

Deixe a minuta de peças para depois que a equipe confiar na leitura. É a etapa em que o erro custa mais caro.

Mais vinte modelos de instrução, separados por área do direito, estão em ChatGPT para advogados.

## 10. A IA em cada área de atuação

O que muda de uma área para outra é o documento que chega ao escritório. A tarefa de leitura que mais devolve tempo costuma ser a primeira a automatizar.

| Área | Onde a IA ajuda | O que conferir sempre |
|---|---|---|
| **Previdenciário** | Ler CNIS, PPP, laudos e carta de indeferimento; montar a linha do tempo de vínculos | Cada período e cada data contra o documento original; a soma do tempo na calculadora de tempo de contribuição |
| **Trabalhista** | Organizar holerites e cartões de ponto, resumir a ata de audiência, listar pedidos da inicial | Valores e jornadas extraídos; prazos pela tabela da CLT |
| **Bancário e consumidor** | Extrair taxa, tarifas e seguros do contrato; comparar parcelas com o extrato | A taxa contra a média do Banco Central no comparador de juros |
| **Família** | Transformar o relato do cliente em cronologia; listar bens para a partilha | Dado sensível: processo em segredo de justiça e atenção redobrada ao que entra na ferramenta |
| **Criminal** | Transcrever depoimentos e apontar contradições entre eles | Trecho citado contra a gravação; sigilo dos autos |
| **Empresarial e contratos** | Comparar versões de contrato e listar cláusulas fora do padrão do escritório | Cada cláusula apontada lida no original antes de negociar |

## 11. A IA vai substituir o advogado?

Pelas regras de hoje, não. O Estatuto da Advocacia reserva ao advogado a postulação em juízo e a consultoria jurídica, e a Recomendação 001/2024 da OAB diz que nenhuma atividade privativa da advocacia deve ser delegada à IA e que o julgamento profissional não se faz sem supervisão humana (item 3.1). Ela também chama de incompatível com a advocacia a dependência excessiva da ferramenta (item 3.3).

O que muda é a divisão do tempo. A leitura, a transcrição e a primeira versão de texto ficam mais rápidas, e sobra mais tempo para a parte que só o advogado faz: escolher a tese, conversar com o cliente e responder pelo que assina.

## 12. Como contar ao cliente que o escritório usa IA

A recomendação da OAB pede transparência e um documento escrito, assinado pelo cliente antes de o uso começar, explicando o propósito, os benefícios e limites, os riscos, as medidas de segurança e a revisão humana (itens 4.1 a 4.3). Se o cliente recusar, o advogado respeita e informa as alternativas. O cliente também tem direito de falar com uma pessoa sempre que pedir, e um robô de atendimento precisa avisar que é uma máquina (item 2.4).

**Como dizer na reunião:** "Usamos inteligência artificial para ler documentos e preparar rascunhos mais rápido. Tudo o que sai dela é conferido por um advogado antes de ir ao processo, e seus dados não são usados para treinar a ferramenta. Este termo explica como funciona; se preferir que não usemos, é só dizer."

Ajuste a última frase sobre os dados ao que o contrato da sua ferramenta garante de fato. O gerador de termo de consentimento monta o documento com os cinco pontos e os dados do cliente, e o gerador de contrato de honorários traz uma cláusula de uso de IA.

## 13. A política interna do escritório

Sócios e gestores devem ter política escrita de uso permitido de IA e de segurança da informação, treinar a equipe e acompanhar o cumprimento, incluindo associados, estagiários e assistentes (item 3.6 da recomendação). Na prática, uma página basta para começar:

- quais ferramentas estão liberadas e com qual conta (a do escritório, nunca a pessoal);
- o que nunca entra numa ferramenta, como documento de processo em segredo de justiça sem anonimizar;
- quem revisa o que a IA produz antes de sair do escritório;
- onde ficam os termos assinados pelos clientes.

## 14. Onde aprender

A recomendação pede capacitação contínua de quem usa a ferramenta (itens 3.5 e 3.8). A Escola Superior de Advocacia da OAB oferece cursos sobre IA na advocacia, e a capacitação é um dos eixos do Plano Nacional de IA da OAB, lançado em 2026. Para começar sem custo, o curso grátis de IA para advogados deste site tem oito lições com exercício, e o modelo de política de uso de IA põe as regras do escritório no papel. Do lado dos tribunais, veja como o Judiciário já usa IA e o cuidado com comando oculto em petição, que o STF e o STJ já punem com multa desde setembro de 2026. As regras do CNJ para a IA dos tribunais estão na Resolução CNJ 615/2025 (o classificador de risco de IA diz se uma solução é vedada, de alto ou de baixo risco), e os casos de advogados multados por julgado inventado, em jurisprudência falsa gerada por IA. Para a prática, os guias deste site seguem a ordem do trabalho: IA para advogados (ferramenta por tarefa), ferramentas de IA para advogados (Jus IA, Jurídico AI, ChatADV, MinutaIA e LawX comparadas), ChatGPT para advogados (vinte modelos de instrução), prompts jurídicos (cem prompts prontos em dez áreas, com busca) e petição com inteligência artificial (método e checklist de revisão).

## 15. Erros comuns no primeiro mês

O mais caro é protocolar julgado que a IA citou sem abrir na fonte; o art. 77 do CPC cobra a veracidade do que se leva a juízo, e a recomendação lembra disso no item 3.2. Logo atrás vêm colar documento de cliente em conta pessoal de ferramenta gratuita, começar pela peça antes de a equipe confiar na leitura, e não medir o tempo de antes, o que deixa o escritório sem saber se a ferramenta compensa.

## Perguntas frequentes

### Quantos advogados usam IA no Brasil?

Pelo relatório Impacto da IA Generativa no Direito, edição 2026, das seccionais da OAB de SP, PR, BA, GO, PE e ES com Trybe, Jusbrasil e ITS Rio, 77% dos mais de 1.800 profissionais do Direito ouvidos usam IA generativa ao menos uma vez por semana, contra 55% em 2025. A amostra é voluntária e pode favorecer quem já se interessa por tecnologia. A pesquisa nacional da OAB com Stanford ouviu 18.668 profissionais, mas até 31 de outubro de 2026 não encontramos o resultado consolidado no portal da OAB Nacional.

### Como a inteligência artificial é usada na advocacia hoje?

Principalmente para ler: transcrever áudio, extrair dados de documento, resumir processo e classificar publicações. A escrita de peças vem depois, como rascunho revisado pelo advogado.

### A IA pode fazer a petição inteira?

Pode escrever um rascunho completo, mas a responsabilidade pelo texto protocolado é do advogado, segundo a Recomendação 001/2024 da OAB. Cada fato e cada julgado precisam ser conferidos.

### Usar IA com dados do cliente fere o sigilo?

Depende da ferramenta. Confira no contrato se os dados treinam o modelo, onde ficam armazenados e quem tem acesso. Na dúvida, teste com documentos de casos encerrados.

### Quanto custa usar IA no escritório?

Varia por ferramenta e por volume. No SIJUR a IA vem incluída em todos os planos, com franquia mensal, e o custo de cada pedido aparece antes da confirmação; os números estão em preços.

### A inteligência artificial vai substituir o advogado?

Pelas regras atuais, não. O Estatuto da Advocacia reserva ao advogado a postulação e a consultoria, e a Recomendação 001/2024 da OAB proíbe delegar à IA atividade privativa da advocacia.

### Preciso avisar o cliente que uso IA?

Sim, pela Recomendação 001/2024 da OAB: o uso pretendido é informado com transparência e formalizado em documento escrito, assinado pelo cliente antes de começar.

Conteúdo informativo, atualizado em 31 de outubro de 2026. Não é orientação jurídica. Fontes: Recomendação nº 001/2024 do Conselho Federal da OAB; Resolução CNJ nº 615/2025; Lei 13.709/2018; CPC, art. 77; Lei 8.906/1994, art. 1º; relatório Impacto da IA Generativa no Direito, edição 2026 (OAB SP, PR, BA, GO, PE e ES, Trybe, Jusbrasil e ITS Rio, março de 2026); notícias da OAB Nacional de 10/06, 25/08 e 27/08/2026.